

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 942.693 - SP (2016/0161471-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **CLÁUDIO ANTONIO TARRAF**  
**AGRAVANTE** : **JOSE RUBENS RUBIO**  
**AGRAVANTE** : **MARCIA TARRAF RUBIO**  
**ADVOGADOS** : **HUMBERTO THEODORO JUNIOR - MG007133**  
                  **ADRIANA MANDIM THEODORO DE MELLO - MG056145**  
                  **ANA VITÓRIA MANDIM THEODORO - MG058064**  
                  **EDUARDO CUALHETE - SP118427**  
                  **ISADORA DE ASSIS E SOUZA - MG118099**  
**AGRAVADO** : **OLAVO TARRAF**  
**ADVOGADOS** : **MARCOS AFONSO DA SILVEIRA - SP159145**  
                  **MARIANA FERREIRA SCALVENZI - SP323083**  
**AGRAVADO** : **GILMAR TARRAF - ESPÓLIO**  
**AGRAVADO** : **MAGALY BRASIL DE PAULA TARRAF - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADOS** : **ANTÔNIO CARLOS VENTURA DA SILVA JÚNIOR - SP162439**  
                  **MAGALY BRASIL DE PAULA TARRAF - SP088036**  
                  **MARCELO GAZZI TADDEI - SP156895**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL. SOCIEDADE LIMITADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. IMÓVEIS EM ESTOQUE. ALIENADOS. PREÇO DE MERCADO VIGENTE À ÉPOCA. NOVA AVALIAÇÃO. NÃO CABIMENTO. PERDAS E DANOS. NÃO CABIMENTO. ANÁLISE. REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. RESULTADOS DE EXERCÍCIO FUTURO. PRECLUSÃO. ANÁLISE. REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Todas as matérias foram devidamente enfrentadas pelo Tribunal de origem de forma fundamentada, inexistindo violação ao art. 535, II, do CPC/1973. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando encontra motivação satisfatória para dirimir o litígio.

2. A conclusão a que chegou o Tribunal de origem, no sentido de que não é cabível nova avaliação dos imóveis em estoque, primeiro, porque já alienados e, ademais, pela presunção de que o fora pelo preço de mercado vigente à época, e tampouco de que cabem perdas e danos, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é vedado

nesta fase recursal. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. O Tribunal de origem concluiu que houve preclusão da matéria a respeito dos Resultados de Exercício Futuro - REF, baseado nos elementos fáticos existentes nos autos. Rever estes fundamentos importaria necessariamente no reexame de provas, o que é vedado nesta fase recursal. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

Relator